

A Subversão no Paraíso: o Comunismo em Londrina – 1945/1951

Sonia Maria Sperandio Lopes ADUM - UEL

O tema que aqui apresento, objeto de minha tese de doutorado, começou a fazer parte do meu universo de interesses por ocasião da pesquisa efetuada para a Dissertação de Mestrado¹. Naquele momento, desenvolvi um estudo sobre a cidade de Londrina/Pr no período de 1930 -1960, cujo eixo teórico-metodológico foi tentar estabelecer a caracterização do progresso como o jogo dialético entre civilização e barbárie. A análise realizada permitiu detectar alguns pontos importantes que mantiveram minha motivação em torno dos discursos sobre essa cidade, os quais tomo aqui a liberdade de recuperar.

Em primeiro lugar, a dimensão da projeção simbólica sobre a região. Os autores do empreendimento² construíram a idéia de uma terra sem males – provenientes da natureza ou da sociedade –, uma terra fértil, sem desigualdades sociais, que oferecia oportunidades iguais para todos que tivessem amor ao trabalho e à ordem e quisessem enriquecer da noite para o dia. Este ideário excluía todos os outros agentes que, porventura, representassem uma ameaça a esta ordem sonhada. A ideologia estadonovista de pátria como família se reproduziu no microcosmo dos anos 30, em Londrina, na idéia de “Família Pioneira da Companhia de Terras Norte do Paraná/Ctnp”. O fundamento ideológico desta “família” parecia residir no “poder de fundação”, que se caracterizava por apresentar o direito de propriedade como condição de desenvolvimento de um capitalismo diferente: o capitalismo liberal-democrático que propiciava a ordem e o bem-estar social.

Com a redemocratização do país, percebi o estabelecimento de novas relações entre o político e o social. Não podendo mais o Estado impor arbitrariamente a ordem desejada, novos mecanismos foram criados com o objetivo de, ao mesmo tempo, limitar a participação popular e extrair sua legitimação desta participação controlada. Este período coincidiu com o *boom* da economia cafeeira que provocou a afluência de milhares de pessoas que buscavam o Eldorado. A cidade cresceu e se desordenou.

Tudo isto conduziu-me a caracterizar o Progresso como portador de duas dimensões opostas e complementares: a civilização e a barbárie. Se a ordem liberal necessita da legitimação popular, a civilização que pretende instaurar não pode prescindir dos riscos que a participação popular implica, sendo, portanto, necessário levar até o limite a sua convivência com a barbárie.

Ao longo daquela pesquisa deparei-me com a forte presença de um personagem – de um “outro” – que até então não pensava encontrar, pelo menos com tanta intensidade, nas páginas criminais, tanto dos autos quanto dos jornais desta cidade, sempre apresentada e exaltada através do que chamei, por ocasião do trabalho de mestrado, de “Discurso de Felicidade”: os comunistas. A surpresa com a dimensão do anticomunismo/comunismo em Londrina, que no início da década de cinquenta não passava de uma pequena cidade de pouco mais de 70.000 habitantes, sendo que desses, apenas 39.000 viviam na zona urbana, era decorrente também do fato de nunca haver tido contato, nas leituras que fizera, de obras – historiográficas ou não – que tratavam do comunismo no Brasil, com discussões que extrapolassem o âmbito das ações ocorridas nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Estudos que, embora densos e com objetivos diversos, muitas vezes perderam-se em discussões acerca das várias e bruscas viragens que o Partido sofreu à esquerda e à direita e suas pertinências; na definição do grau de sectarismo dos dirigentes e de suas ações; nas grandes disputas internas pelo poder; nos embates entre “nacionalistas” e “internacionalistas”; na existência ou não de leituras eficientes sobre a realidade brasileira; nos equívocos, vitórias e derrotas, críticas e autocríticas, enfim, nos “acertos de contas”. Essas perspectivas, na maioria das vezes, levaram ao abandono do viés da “pequena política”, aquela desenvolvida pelas inúmeras pequenas células espalhadas pelo país.

A quase ausência de estudos sobre as ações comunistas, efetuadas em espaços reais, por homens reais, reflexos/refletores concretos dos grandes embates nacionais, faz parte de um quadro que deve ser revertido, mesmo porque, não me refiro aqui a ações pequenas, aparentemente isoladas e inexpressivas e até mesmo supostamente ingênuas como a de relacionar como *“Trabalho de massas: Um baile realizado no dia 7 de setembro*

*na sede provisória da Célula com o salão literalmente cheio*³, que por si só já diriam muito sobre o funcionamento do Partido Comunista nas pequenas cidades, mas sim, a ações fundamentais e de grande repercussão nacional. Refiro-me, como exemplos, ao criativo trabalho dos poucos militantes do Partido Comunista de Londrina que conseguiram dosar suas ações entre as perspectivas internacional, nacional e local, significando, por isso, participar ativamente de campanhas mundiais (Movimentos pela Paz, Contra o envio de tropas para a Coréia, etc.), nacionais (nacionalização do petróleo, constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular Revolucionário, Campanhas contra a Carestia; em prol da Imprensa Popular; da Imprensa feminina, etc.) ao mesmo tempo que envolviam-se na política partidária local, disputando eleições. Não estavam ausentes de suas preocupações a organização das bases nas fábricas e fazendas, o estabelecimento de “batalhas” jurídicas contra fazendeiros e, finalmente, o “fazer a revolução” no campo. Isto significou a organização das primeiras Ligas Camponesas do Brasil, a liderança de um intenso e incansável trabalho para a sindicalização do homem do campo e, principalmente, o envolvimento em um movimento armado de luta pela terra na chamada “Guerra de Porecatu”.

Quando me refiro à “Guerra de Porecatu”, cuja base de apoio de grande parte da ação encontrava-se em Londrina, reporto-me a um movimento considerado de grande importância dentre aqueles em que o Partido Comunista envolveu-se. José de Souza Martins, ao tratar dos movimentos sociais rurais brasileiros, chama a atenção, brevemente, para a influência do embate em Porecatu, e outros do mesmo período, na política global do PCB. Este autor, tratando da conjuntura do “Manifesto de Agosto” de 1950, quando o Partido Comunista sofreu uma guinada à esquerda e colocou os camponeses e a luta no campo – entre outras – como questões nucleares de sua política, refere-se à inauguração de uma perspectiva que teria promovido o envolvimento do Partido nas lutas dos posseiros de Porecatu e no desencadeamento da guerrilha. O mesmo autor, em trabalho mais recente, chega a dar às lutas camponesas do período um caráter fundador de uma luta nova no Brasil. Segundo ele, a partir de 1946, uma nova personagem assoma no cenário político,

procurando expressar a visão de mundo, os interesses e os conflitos dos trabalhadores rurais, em particular o Partido Comunista. Tratava-se, segundo o autor, de uma luta nova, diferente de lutas como a de Canudos, na Bahia, e a do Contestado, em Santa Catarina, em que a dimensão política estava submersa na dimensão religiosa. Para Martins, nos anos 50, os movimentos populares no campo ganharam uma forte dimensão política, com a mediação de um partido que tinha um projeto político e que enquadrava e definia as lutas no campo em função de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira.⁴

Por outro lado, abordar este período iniciado com o fim da ditadura Vargas significa pensar um período da história brasileira cujos “silêncios” demandam ainda desvendamentos. Marilena Chauí afirma que a memória acerca do período 1945/1964, que constrói o Brasil como uma democracia, é paradoxal porque tecida de vários esquecimentos significativos, como, por exemplo, o de que a Constituição de 1946 define a greve como ilegal, mantém a legislação trabalhista outorgada pela ditadura Vargas (e que é reprodução da Carta del Lavoro, de Mussolini), proíbe o voto aos analfabetos, coloca o Partido Comunista na ilegalidade, conserva a discriminação racial e não questiona a discriminação das mulheres, consagrada pelos códigos Civil e Penal, etc.⁵

Sob uma perspectiva regional, e ainda tendo como questão os silêncios contidos nos discursos, vejo a construção desta memória como fundamental para a recuperação da heterogeneidade das histórias contidas na “História” da cidade de Londrina e região. Em que pese vários trabalhos, principalmente os nascidos na academia⁶, estarem fazendo uma releitura das histórias possíveis, ainda nos deparamos com aqueles que reproduzem a homogeneidade do “Discurso de Felicidade”. Um exemplo é a proposta de confecção, pela Associação Pró-Memória⁷, de uma “História Oficial” da cidade de Londrina, para dar fim às “divergências” existentes entre as várias versões que vêm sendo construídas nos estudos acadêmicos. Retomando, recorrentemente, a fundação da cidade como fato de memória, ou, poderíamos dizer melhor, inventando-a como memória, eis a representação que continua vencedora: a cidade é a “casa da família” onde os filhos encontram refúgio, pois esta “casa”, fruto de construção conjunta permitida pela ausência de barreiras ou regras,

estaria distante das situações adversas e seria o *locus* da paz, da justiça, da fartura, da prosperidade e da felicidade de todos.

Entendendo que os silêncios são portadores de sentidos, e referindo-me a uma de suas formas, a “política do silêncio”, isto é, ao fato que ao dizer algo necessariamente apagamos outros sentidos possíveis – mas indesejáveis – em uma situação discursiva dada, fui em busca das palavras silenciadas, em busca da possibilidade de deslocar-me desses efeitos de apagamento e olhar para outros lugares, reencontrando limites e modos de significar diferentes.

Assim, o objetivo do trabalho foi reconstruir as vivências e as experiências de militantes comunistas da cidade de Londrina; um pequeno grupo de uma pequena cidade do interior do Paraná, com pouca tradição política, nenhuma experiência da prática revolucionária, ao qual colocaram-se responsabilidades de execução de grandes tarefas do partido. Procurei reconstruir como os militantes dessa cidade representaram papéis que os transformaram em importantes atores do “balão de ensaio” de PCB de revolução no campo, liderando um movimento armado sem precedentes na história do PCB, pelo menos do Paraná, transformando-se nos “subversivos da cidade ordenada”.

Para tanto, foi necessário recuperar suas trajetórias desde que emergiram do processo político instaurado na cidade com a redemocratização do país, em 1945, atuando na política institucional; aproximando-se de outros partidos; organizando-se minimamente a partir da cidade, e atuando, principalmente, no campo; construindo subterfúgios para permanecerem vivos na ilegalidade e, sobretudo, introduzindo discussões importantes no cenário regional que desvendaram conflitos que a cegueira do “discurso de felicidade” impediam serem vistos.

A periodização da pesquisa segue um eixo que tem em uma de suas extremidades o ano de 1945, marcado, internacionalmente, pelo fim da Segunda Guerra Mundial, nacionalmente, pelo fim do Estado Novo e pela redemocratização do País e, localmente, pelo afastamento da cena política local da Companhia de Terras Norte do Paraná, colonizadora da cidade, neste momento nacionalizada. A conjunção destes fatores propiciou

um período de grandes transformações econômicas e de intensa vitalidade política, com a criação dos partidos políticos nacionais, entre eles, do Partido Comunista do Brasil, que fundou seu primeiro comitê paranaense na cidade de Londrina em 21 de junho de 1945. Na outra extremidade o ano de 1951, inserido no período do “Manifesto de Agosto” de 1950, quando o Partido Comunista sofreu uma guinada à esquerda e colocou a luta no campo como uma das questões centrais de sua política, marcado pelo fim da “Guerra de Porecatu”, primeira experiência de luta revolucionária no campo do partido.

A análise parte de um acontecimento-chave: a prisão, em junho de 1951, de um grupo de comunistas londrinenses acusados de atividades subversivas, com a instauração de um processo-crime cujo eixo principal foi a participação dos acusados – como “líderes intelectuais” – nos conflitos ocorridos na região de Porecatu à setenta quilômetros de Londrina. Esta construção só foi possível através das 860 páginas de um auto-criminal, peça principal sobre a prisão do grupo, a partir da qual montei um roteiro cuja urdidura se dá pela intertextualidade do texto principal com as notícias de jornais, reportagens, processos do Dops, entrevistas, panfletos, anotações pessoais... Do “acontecimento” emerge a figura de Londrina como o “quartel-general vermelho”, emergindo também uma série de interpretações que apontam para diversas formações discursivas.

Na segunda parte do texto a narrativa desloca-se para o passado, buscando a história política dos primórdios do município, quando se revela o monopólio político da Ctnp ancorado em um acordo estabelecido entre o Governo do Paraná e o partido estadual situacionista da época, o PSD. Nos últimos anos do Estado Novo, com a nacionalização da Ctnp e a transferência dos seus escritórios para Maringá (cidade próxima a Londrina), aumenta o controle da interventoria na política local, represando na população o desejo de participação política e o sentimento democrático. Este é um curto período de aceitação do Partido Comunista já que o mesmo se engaja, junto com os partidos burgueses, na luta democrática interna, e, ao mesmo tempo, é identificado positivamente com a política conciliatória pós Segunda Guerra que unia, no plano da política externa, os aliados, inclusive a URSS. É assim, que deste “momento fundador”, marcado por uma aceitação dos

comunistas em Londrina, construo a análise revelando as possibilidades e vicissitudes do partido em fases subseqüentes: no processo de organização e ampliação de suas bases no meio urbano e no seu envolvimento com a luta armada no campo, sempre na clandestinidade.

Entendendo que o partido é “antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer”⁸, aproximei-me dos homens que se reuniram para fundar e fazer funcionar o PCB na cidade de Londrina. Procurei, ainda, reconstruir os primeiros passos da agremiação, a participação de seus membros nos processos político-institucionais, o cotidiano do grupo nas células, bem como a criação de mecanismos alternativos para a sobrevivência na ilegalidade. Ao final, retorno ao entorno do “acontecimento-chave” para Iluminar, por vários prismas, a preparação e o envolvimento do grupo na grande “tarefa” que fora reservada pelo PCB para os “revolucionários do interior”.

Para o desenvolvimento do tema, inscrevi a análise num plano teórico-metodológico que concebeu a ação dos comunistas em Londrina a partir de duas esferas políticas relacionadas entre si: a institucional e a revolucionária. Como o partido, no período em análise, esteve praticamente todo o tempo na ilegalidade, o “institucional” quase sempre significou prática política em outras siglas partidárias, ou em “organizações auxiliares”; o “revolucionário”, por sua vez, consistiu desde o engajamento às teses nacionais de caráter mais ameno (os temas paz e carestia) até a luta armada.

Com esta pesquisa procurei, em primeiro lugar, trazer à cena uma importante história do partido nos “cafundós” do país, tentando preencher um lugar de memória política até então apagado. Tal apagamento se dava, por um lado, por efeito de uma formação discursiva marcada pelos sentidos de progresso e de felicidade e regida por uma formação ideológica jurídico capitalista. De outro, por conta das próprias falas dos comunistas da

época que acabaram por minimizar a importância da Guerra de Porecatu, colocando em dúvida até mesmo se os embates armados teriam ocorrido de verdade.

Ao final, descobri um partido que mesmo sendo portador de generalidades próprias da agremiação nacional, apresentava intrigantes especificidades. Dentre elas, estar voltado para trabalhadores urbanos do comércio ou de indústrias artesanais e não propriamente para o “proletariado de fábrica” como era de se esperar caso a análise estivesse voltada para um grande centro; mesmo com quadros urbanos, apresentava forte militância no campo; construía estratégias próprias de luta junto aos camponeses (reuniões, mutirões, embargos, expulsões); envolvia seus militantes *full time* nas tarefas de propaganda e agitação; um partido que não separava a vida pública da vida privada, o lazer da militância, a cultura da política. Reconstituindo os quadros do PC em Londrina, sua origem, condições sócio-econômicas, de escolaridade, situação profissional, etc., procurei também apresentar os comunistas como pessoas de “carne e osso”, com suas trajetórias não apenas políticas, mas sobretudo com suas histórias de vida, tentei tratar de um momento importante da “pequena política” do interior, sem perder de vista a inserção do meu objeto nas questões referentes à memória nacional da esquerda brasileira.

NOTAS:

¹ ADUM, Sonia M. S. Lopes. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930-1960*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) -Departamento de História do ILPH/UNESP. Assis/São Paulo.

² Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da Paraná Plantations Syndicate, empresa de capital inglês, que adquiriu, entre os anos de 1925-7 uma área de 515.000 de terras onde se localizaria a cidade de Londrina.

³Manuscrito: “Realizações da Célula Siqueira Campos do Partido Comunista do Brasil – Londrina (dentro do plano de emulação da “Campanha Pró Imprensa Popular”) – 1º período do plano. 1951”.

⁴ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. P.81 e *A Chegada do Estranho*. São Paulo : Hucitec, 1993. (Ciências Sociais 32). P. 85.

⁵ CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência*. São Paulo : Moderna, 1982. P. 47.

⁶ Entre outros: ARIAS NETO, Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina 1930 – 1975*. Londrina : UEL, 1998. TOMAZI, Nelson D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da CTNP*. 1989. Dissertação (Mestrado) -UNESP, Assis.

⁷ A Associação Pró-Memória é uma instituição criada por “descendentes de pioneiros”, docentes universitários, escritores, etc., aglutinados no objetivo de produzir uma história de Londrina como “uma verdadeira obra de arte”. Suas edições serão sempre bilíngües (português-inglês), de maneira a permitir que empresários e cidadãos possam utilizá-las como um verdadeiro “cartão de visitas” no mundo inteiro.

⁸ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1996. p.72.